

Um livro para ^{O GLOBO} constituintes e educadores

GUILHERME FIGUEIREDO

Ainda não deu à costa do Brasil o ensaio de Allan Bloom "The closing of the American mind" (O fechamento da mente americana) com este subtítulo: "Como a educação de nível superior falhou e empobreceu a alma dos estudantes de hoje". Pelo simples subtítulo, parece um livro dirigido ao Brasil. Foi obra citada, em janeiro deste ano, na resenha da revista "Time" sobre as mudanças do Mundo desde as "revoluções estudantis" de 1968: "Uma viva acusação do embotamento da América." Não apenas o embotamento graças ao roque-sexo-droga mas o de toda uma mentalidade, como confirma recente crítica do livro no "Book World", o suplemento literário do "Washington Post".

Allan Bloom, professor de sociologia da Universidade de Chicago e diretor do Centro de Pesquisa de Teoria e Prática da Democracia, tradutor de Platão e Rousseau, autor de um ensaio sobre Política na obra de Shakespeare, ex-professor das Universidades de Yale, Cornell, Toronto, Tel Aviv e Paris, é, vê-se a esta simples enumeração de fé-de-ofício, um intelectual de formação européia. Ele reúne as razões filosóficas e sociais do ensino, tais como se encontram na República platônica, como se expõem no Emile e no Contrato Social, como na carta de Rousseau a d'Alembert, e como se fundamentaram nas diretrizes do ensino na Inglaterra por Erasmo, tão bem examinadas no capítulo de Baldwin "Erasmus laid the egg" (Erasmo pôs o ovo), isto é, o ovo de que nasceu a Inglaterra Elisabethana. Bloom partiu daí para uma severa condenação da educação americana, voltada para a construção do homo pragmaticus, não para o homo civilis. Festejado por autoridades educacionais de Princeton, Harvard, Chicago, Georgetown, que em "The closing of the American mind" descobrem a desdemocratização da Democracia dentro da Democracia, a "supressão da razão pela

criatividade", o desaparecimento dos estudos de filosofia e literatura como "base de sério conhecimento humano". O seu prefácio desde logo denuncia "os vários impostores cujo negócio é apelar para os jovens". Para Bloom, "o lugar das humanidades nas universidades é uma velha Atlântida submersa", como "o velho Mercado das Pulgas em Paris, onde, no meio de montanhas de bugingangas, as pessoas de olho vivo catam algum tesouro". Apresentando o livro, Saul Bellow afirma: "Não se trata do livro de um professor, mas de um pensador que deseja correr os riscos mais freqüentemente assumidos pelos escritores."

Afora da situação especial dos problemas dos preconceitos raciais especificamente americanos, o livro de Bloom parece uma advertência ao Brasil, onde o problema é mais grave: a omissão do Estado desde o ensino primário. No exato momento em que o nosso ensino, cuja tradição humanística de mais de um século é a do ensino público até as universidades tardiamente inauguradas, perde-se a oportunidade constituinte de repelir de uma vez o "repassé" do ensino do Estado para o "ensino lucrativo". Em Bloom encontra-se a tremenda confissão da falência do modelo em que andamos tropeçando desde a "Lei de Diretrizes e Bases". "Para usar uma linguagem hoje popular, diz ele, a cultura cívica foi negligenciada." De fato, se fizermos aos nossos legisladores constituintes as perguntas fundamentais da educação — por que se ensina? Para que se ensina? —, poucos saberão responder. Para fazê-lo terão de recorrer ao lobby que enxameia em torno da matéria constitucional. Os meninos que há dias saíram à rua para gritar que seus pais não podem pagar quantias que os donos do ensino remarcam com a desenvoltura de comerciantes de secos e molhados, ainda não sabem (pois a Constituição ainda

não lhes disse) por que se ensina; mas certamente intuem que o único lucro do ensino deveria ser o cidadão. Esse "lucro" não se pode examinar como assunto risível: não se ensina "para o desenvolvimento", "para multiplicar mão-de-obra", "para o enriquecimento". Ensina-se em favor da liberdade, da igualdade, da justiça dentro da tribo humana. O ensino é o aprendizado do direito de escolher; não as regras de uma imposição do destino. No Brasil está-se estabelecendo cada vez mais a desigualdade dos futuros cidadãos. Se já vão votar antes de alfabetizar-se, antes do dente do siso, antes da Lei lhe dizer o que é Pátria, Democracia, Direitos e Deveres, antes da data que os torna civilmente responsáveis, então por que e para que ensinar? E por que e para que aprender? E o que aprender? A grande maioria dos meninos brasileiros, salvos da primeira rajada da mortalidade infantil, é filha de pais analfabetos; aos sete anos, se conseguem uma vaga escolar (benemeritamente doada pelo político senhor de tais benesses), em seis meses já sabem mais do que os pais. Sabem ler. Sabem o que os pais nunca aprenderam. Com isto lá se vai a autoridade do lar. E a criança entra a aprender na escola a lição do ressentimento dada pelos mais bem aquinhoados. E nem me falem em emulação estimuladora... Saem da escola à hora em que os pais precisam de seus braços para ganhar o pão. Que pão? Na esquina de minha rua dormem sobre os ralos de esgotos e gás carbônico uns dez a doze meninos. Não é a única rua privilegiada com esse espetáculo, e mais o do catar do lixo para comer. Saberão que amanhã serão apátridas com direito a voto, se sobreviverem? A denúncia de Bloom é contra um ensino arquitetado unicamente para o consumo. Será que aqui a nacionalização do subsolo protegerá um território fértil, um cemitério de crianças mortas de fome ou mortas de tiro?